

10/novembro/2009

À TRIP - Linhas Aéreas S/A

At.: Sr. Josué Ferreira de Góis

Ref.: Relatório de Revisão Limitada dos Auditores Independentes nº 6700-2009-7

Prezado senhor,

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^a., as Demonstrações Contábeis encerradas em 30 de setembro e 30 de junho de 2009 da TRIP - Linhas Aéreas S/A, acompanhadas do Relatório de Revisão Limitada dos Auditores Independentes.

Atenciosamente,



Ricardo Afonso Parra

TRIP - Linhas Aéreas S/A

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório de Revisão Limitada dos Auditores
Independentes**

30 de setembro e 30 de junho de 2009

Relatório de revisão limitada dos auditores independentes

Aos administradores e acionistas da empresa **TRIP - Linhas Aéreas S/A**:

1. Efetuamos uma revisão limitada das demonstrações contábeis intermediárias da **TRIP - Linhas Aéreas S/A** em 30 de setembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Exceto pelos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias; (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, a Companhia não finalizou estudo para determinar a recuperabilidade dos ágios pagos na aquisição das rotas adquiridas de outras companhias aéreas, reconhecidas no ativo intangível, no montante de R\$55.486 em 30 de setembro de 2009. Assim, não foi possível concluir sobre a recuperabilidade deste saldo.
4. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Companhia deverá revisar a vida útil-econômica das aeronaves até 31 de dezembro de 2009, com eventuais reflexos registrados nos resultados intermediários.
5. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a Companhia não contabilizou provisão para prováveis perdas sobre aplicações financeiras realizadas com instituição financeira liquidada pelo Banco Central do Brasil no montante de R\$3.000 mil, uma vez que sua Administração julga ser possível a compensação desse montante com empréstimo obtido junto à referida instituição financeira. Adicionalmente, a Companhia não registrou provisão para pagamento de juros sobre os referidos empréstimos no montante acumulado aproximado de R\$8.600 mil em 30 de setembro de 2009.

6. Com base em nossa revisão limitada, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 a 5, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações contábeis intermediárias acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
7. O balanço patrimonial em 30 de junho de 2009, apresentado para fins comparativos, foi por nós examinado conforme relatório emitido em 02 de setembro de 2009, que continha as ressalvas relativas aos assuntos comentados nos parágrafos 3 a 5 acima. A demonstração intermediária do resultado, relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, apresentada para fins comparativos, foi revisada por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 16 de dezembro de 2008, o qual continha a mesma ressalva contida no parágrafo 5, e os seguintes comentários: (a) ausência de apresentação de conciliações de determinadas contas patrimoniais; (b) adoção de critério para apuração das contribuições devidas ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), sob o método não cumulativo, considerando créditos passíveis de questionamento; (c) ausência de atualização monetária de empréstimos e financiamentos e demais saldos a pagar com partes relacionadas; (d) não apresentação da conclusão sobre os ajustes apurados decorrentes do inventário físico dos estoques; (e) ausência de registro de provisão para contingências relacionadas com determinados processos trabalhistas; (f) registro de ajuste de exercício anterior relativo à mudança de prática contábil sem apresentação retroativa, os quais foram regularizados subsequentemente.

Campinas, 30 de outubro de 2009.

 **Terco**
Grant Thornton

Auditores Independentes
CRC 2SP-018.196/O-8



Ricardo Afonso Parra
Contador CRC 1SP-237.688/O-4

TRIP - Linhas Aéreas S/A

Balanços patrimoniais em 30 de setembro e 30 de junho de 2009

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>30/09/09</u>	<u>30/06/09</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.093	7.670
Contas a receber	4	53.408	45.823
Estoques	5	34.562	34.521
Tributos a recuperar	-	3.259	2.946
Créditos diversos	-	3.638	2.760
Despesas antecipadas	6	6.819	2.657
Total do ativo circulante		<u>123.779</u>	<u>96.377</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de parte relacionada	-	100	100
Despesas antecipadas	6	10.052	10.303
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	13.480	8.093
Títulos e valores mobiliários	7	3.000	3.000
Contas a receber	4	5.971	5.350
Depósitos em garantia e judiciais	8	4.027	4.078
		<u>36.630</u>	<u>30.924</u>
Imobilizado líquido	9	463.930	430.520
Intangível líquido	10	57.426	56.385
Total do ativo não circulante		<u>557.986</u>	<u>517.829</u>
Total do ativo		<u>681.765</u>	<u>614.206</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRIP - Linhas Aéreas S/A

Balanços patrimoniais em 30 de setembro e 30 de junho de 2009

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30/09/09</u>	<u>30/06/09</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	24.877	28.090
Fornecedores	12	29.693	29.302
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	21.797	18.452
Transportes a executar	14	35.259	30.998
Contas a pagar por aquisições de rotas	16	16.310	17.647
Contas a pagar	17	22.680	14.110
Total do passivo circulante		150.616	138.599
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	371.087	326.423
Fornecedores	12	7.703	8.477
Adicional tarifário a pagar	15	9.083	7.467
Contas a pagar	17	2.177	2.519
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	6.999	7.289
Contas a pagar por aquisições de rotas	16	1.802	3.827
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	13.911	5.465
Provisões para contingência	18	3.599	3.599
Total do passivo não circulante		416.361	365.066
Patrimônio líquido			
Capital social	19	80.542	80.542
Reservas de capital	19	69.709	69.709
Prejuízos acumulados	-	(35.463)	(39.710)
		114.788	110.541
Total do passivo e patrimônio líquido		681.765	614.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRIP - Linhas Aéreas S/A

Demonstrações do resultado para os períodos findos em 30 de setembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receita com prestação de serviços	-	311.891	225.829
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	-	(11.830)	(8.516)
Receita operacional líquida		300.061	217.313
Custo dos serviços prestados	-	(245.920)	(165.351)
Lucro bruto		54.141	51.962
Receitas (despesas) operacionais:			
Administrativas e gerais	-	(23.826)	(15.346)
Comerciais	-	(28.995)	(22.818)
Despesas financeiras	-	(17.450)	(18.873)
Receitas financeiras	-	4.655	993
Variações cambiais	-	42.037	3.520
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(706)	2.496
		(24.285)	(50.028)
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		29.856	1.934
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(617)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	(431)	-
Lucro do período		29.425	1.317
Lucro por lote de 1.000 ações - R\$		0,37	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRIP - Linhas Aéreas S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009

(Em milhares de Reais)

	<i>Notas</i>	<i>Capital social integralizado</i>	<i>Reservas de capital</i>		<i>Prejuízos acumulados</i>	<i>Total</i>
			<i>Ágio</i>	<i>Capital</i>		
Saldos em 31 de dezembro de 2008		72.169	41.548	55	(64.888)	48.884
<i>Aumento de capital</i>	19	8.373	28.106	-	-	36.479
<i>Lucro líquido do período</i>	-	-	-	-	29.425	29.425
Saldos em 30 de setembro de 2009		<u>80.542</u>	<u>69.654</u>	<u>55</u>	<u>(35.463)</u>	<u>114.788</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRIP - Linhas Aéreas S/A

Demonstração do fluxo de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009

(Em milhares de Reais)

	<u>2009</u>
<i>Das atividades operacionais</i>	
<i>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</i>	29.856
<i>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</i>	
<i>Depreciações e amortizações</i>	26.454
<i>Variação cambial - arrendamento mercantil e adiantamentos</i>	(37.072)
<i>Provisão para contingências</i>	(42)
<i>Decréscimo (acrécimo) em ativos</i>	
<i>Contas a receber</i>	(21.170)
<i>Estoques</i>	(9.490)
<i>Tributos a recuperar</i>	(1.668)
<i>Créditos diversos</i>	(2.795)
<i>Despesas antecipadas</i>	(2.034)
<i>Depósito em garantia e judiciais</i>	(462)
<i>(Decréscimo) acréscimo em passivos</i>	
<i>Fornecedores</i>	7.413
<i>Obrigações trabalhistas e tributárias</i>	7.461
<i>Transportes a executar</i>	13.639
<i>Adicional tarifário</i>	3.603
<i>Contas a pagar por aquisição de empresa</i>	(13.815)
<i>Contas a pagar e outros passivos</i>	7.883
<i>Caixa proveniente das operações</i>	----- 7.761
<i>Imposto de renda e contribuição social pagos</i>	-
<i>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</i>	----- 7.761
<i>Acrécimo do imobilizado e intangível</i>	(261.082)
<i>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</i>	----- (261.082)
<i>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</i>	
<i>Ingressos de empréstimos líquidos das amortizações</i>	----- 219.292
<i>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</i>	219.292
<i>Das atividades de financiamentos com acionistas</i>	
<i>Aumento de capital</i>	----- 36.479
<i>Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos com acionistas</i>	36.479
<i>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</i>	----- <u>2.450</u>
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	
<i>No início do exercício</i>	19.643
<i>No final do exercício</i>	22.093
<i>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</i>	----- <u>2.450</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis encerradas em 30 de setembro e 30 de junho de 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A TRIP - Linhas Aéreas S/A (doravante denominada "Companhia") foi constituída em 18 de julho de 1997 e está sediada no Município de Campinas, Estado de São Paulo. Seu funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 1 E/DGAC de 18 de fevereiro de 1998, como Empresa de serviços de transporte aéreo regular, de âmbito regional, tendo iniciado as operações nesse mesmo ano.

A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de transporte aéreo regular de passageiros e/ou cargas e as atividades complementares de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e/ou mala postal, de táxi aéreo, de manutenção e reparos em aeronaves, motores, partes componentes e peças, serviços de hangaragem, atendimento de rampa, limpeza de aeronaves e abastecimento de material de comissária de bordo.

A Companhia atende 64 cidades consideradas pólos de desenvolvimento regional, em oito estados, nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil e Distrito Federal. Em 30 de setembro de 2009 a Companhia operava com duas aeronaves próprias, três financiadas, nove arrendadas na modalidade leasing operacional e 13 arrendadas na modalidade de leasing financeiro, totalizando assim 27 aeronaves em atividade.

Aquisição de rotas da Total Linhas Aéreas S/A

Em janeiro de 2008 a Companhia adquiriu a operação de passageiros da empresa Total Linhas Aéreas S/A. A Companhia não adquiriu a referida entidade legal, mas sim os ativos relacionados às operações de passageiros, representados da seguinte forma:

<i>Estoques</i>	<i>8.650</i>
<i>Imobilizado, substancialmente aeronaves</i>	<i>10.477</i>
<i>Intangíveis, substancialmente rotas</i>	<i>39.180</i>
	<i>58.307</i>

Aquisição de rotas da Rico Linhas Aéreas S/A

Em julho de 2008, a Companhia adquiriu as operações ocidentais brasileiras da Rico Linhas Aéreas pelo montante de R\$13.059. Em exercícios anteriores, a Companhia já havia adquirido as operações orientais brasileiras desta mesma Empresa.

Admissão de novos acionistas

Em setembro de 2008, a SkyWest adquiriu uma participação de 6,7% na Companhia, aportando a quantia de R\$8.075, sendo R\$3.240 contabilizado como reserva de ágio. Em março de 2009, a Companhia recebeu o segundo aporte de capital da empresa SkyWest no montante de R\$36.479, sendo R\$28.106 contabilizado como reserva de ágio. Com este aporte, a SkyWest passou a deter uma participação de 16,40%.

Conforme acordo celebrado com os acionistas, a SkyWest irá realizar mais um aporte em março de 2010, no montante de US\$10.000, atingindo uma participação total de 20% do capital social da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1.1. Novos pronunciamentos contábeis aprovados em 2009

Os seguintes pronunciamentos contábeis do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis foram emitidos durante 2009 e tem a sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados em 2010:

<i>CPC</i>	<i>Deliberação</i>	<i>Objetivo</i>
<i>CPC 16 - Estoques</i>	<i>Del. CVM nº 575</i>	<i>Determinação do valor de custo dos estoques e reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido.</i>
<i>CPC 20 - Custos de empréstimos</i>	<i>Del. CVM nº 576</i>	<i>Determina o tratamento de custos de empréstimos e a possibilidade de inclusão no ativo quando atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo.</i>
<i>CPC 21 - Demonstração intermediária</i>	<i>Del. CVM nº 581</i>	<i>Estabelece o conteúdo mínimo de uma demonstração contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário.</i>

CPC	Deliberação	Objetivo
<i>CPC 22 - Informações por segmento</i>	<i>Del. CVM nº 582</i>	<i>Especifica formas de divulgação de informações sobre segmentos operacionais nas informações financeiras anuais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera.</i>
<i>CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro</i>	<i>Del. CVM nº 592</i>	<i>Define os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação de mudança nas políticas contábeis, a mudança nas estimativas contábeis e a retificação de erro.</i>
<i>CPC 24 - Eventos subsequentes</i>	<i>Del. CVM nº 593</i>	<i>Determina quando a Entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis e as informações que deve divulgar sobre os eventos subsequentes a essas demonstrações.</i>
<i>CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</i>	<i>Del. CVM nº 594</i>	<i>Estabelece a aplicação de critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes, bem como a divulgação de informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.</i>
<i>CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis</i>	<i>Del. CVM nº 595</i>	<i>Estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo</i>
<i>CPC 27 - Ativo imobilizado</i>	<i>Del. CVM nº 583</i>	<i>Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados no que tange o reconhecimento, mensuração, depreciação e as perdas por desvalorização.</i>
<i>CPC 30 - Receitas</i>	<i>Del. CVM nº 597</i>	<i>Estabelece os critérios para determinar o momento de reconhecimento da receita e as circunstâncias em que esses critérios são satisfeitos.</i>
<i>CPC 32 - Tributos sobre o lucro</i>	<i>Del. CVM nº 599</i>	<i>Estabelece o tratamento contábil dos efeitos fiscais atuais e futuros dos tributos sobre o lucro.</i>
<i>CPC 33 - Benefícios a empregados</i>	<i>Del. CVM nº 600</i>	<i>Estabelece a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados.</i>

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, devendo ser destacado os seguintes aspectos:

- As receitas com venda de cupons e passagens aéreas são reconhecidas no resultado do exercício quando da efetiva prestação do serviço de transporte;
- Os cupons ou passagens aéreas vendidos em que a prestação de serviço ainda não tenha sido realizada são contabilizados na rubrica “Transportes a realizar” no passivo circulante.

Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (rendimentos similares às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 3.

Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição. As depreciações foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 9.

Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro (operação em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo) são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. São depreciados pelo prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em uma base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

São atualizados pelas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios de acordo com as cláusulas contratuais.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Ajuste a Valor Presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, tendo como base histórico de rentabilidade e, quando aplicável, estudos que indiquem a rentabilidade futura para negócios em reorganização.

Instrumentos financeiros e derivativos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito na Nota Explicativa 22.

Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando-se o número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por:

	<i>30/09/09</i>	<i>30/06/09</i>
<i>Caixa</i>	<i>332</i>	<i>208</i>
<i>Bancos</i>	<i>2.464</i>	<i>262</i>
<i>Aplicações financeiras</i>	<i>19.297</i>	<i>7.200</i>
	<i>22.093</i>	<i>7.670</i>

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Estes títulos são considerados pela Administração como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Parcela significativa do saldo de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2009 (R\$11.606) encontra-se atrelada ao contrato de arrendamento financeiro celebrado para a compra das aeronaves modelo ATR e financiamento das aeronaves Embraer, sendo mencionada como parte da garantia desta operação.

4. Contas a receber

Representado por:

	30/09/09	30/06/09
<i>Cartões de créditos</i>	42.754	34.671
<i>Agentes de turismo</i>	13.530	11.837
<i>Rede postal noturna</i>	1.380	1.145
<i>Outros valores</i>	411	295
<i>Suplementação tarifária</i>	5.971	5.350
<i>(-) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)</i>	(4.667)	(2.125)
	59.379	51.173
<i>Parcela de curto prazo</i>	53.408	45.823
<i>Parcela de longo prazo</i>	5.971	5.350

Suplementação tarifária

A suplementação tarifária tem por finalidade incentivar a prestação de serviços aéreos regulares, em bases privadas, em ligações de baixo e médio potencial de tráfego realizado dentro da Amazônia Legal e de baixo potencial de tráfego executadas na Região Nordeste do país. Os valores devem ser apurados pela Companhia e submetidos à aprovação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Em função da Companhia não estar recolhendo os valores de "Adicional tarifário" (vide Nota Explicativa nº 15), o recebimento da suplementação tarifária fica suspenso.

5. Estoques

Representado por:

	30/09/09	30/06/09
<i>Partes e peças de manutenção</i>	23.195	23.709
<i>Adiantamento a fornecedores</i>	10.236	10.109
<i>Outros</i>	1.131	703
	34.562	34.521

6. Despesas antecipadas

Representado por:

	30/09/09	30/06/09
<i>Seguros de financiamento de aeronave</i>	<i>14.821</i>	<i>11.309</i>
<i>Seguros de aeronaves</i>	<i>1.008</i>	<i>226</i>
<i>Comissões a apropriar</i>	<i>916</i>	<i>1.303</i>
<i>Outros</i>	<i>126</i>	<i>122</i>
	16.871	12.960

<i>Parcela de curto prazo</i>	<i>6.819</i>	<i>2.657</i>
<i>Parcela de longo prazo</i>	<i>10.052</i>	<i>10.303</i>

Seguros de financiamento de aeronave

Valores pagos às empresas de arrendamento mercantil a título de seguro (garantia) para as aquisições de aeronaves, com vigência equivalente ao período previsto para quitação dos financiamentos, correspondente a 144 meses. Em 30 de setembro de 2009 as amortizações futuras estavam compostas da seguinte forma:

Período	R\$
<i>10/09 a 09/10</i>	<i>1.357</i>
<i>10/10 a 09/11</i>	<i>1.357</i>
<i>10/11 a 09/12</i>	<i>1.357</i>
<i>10/12 a 09/13</i>	<i>1.357</i>
<i>Após a 09/13</i>	<i>9.393</i>
	14.821

7. Títulos e valores mobiliários - não circulante

O saldo registrado no ativo não circulante refere-se a investimentos em debêntures da "Sanvest Participações S/A", empresa afiliada ao Banco Santos S/A, liquidado pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 2004. A aplicação foi realizada em 29 de julho de 2004 e está vinculada a um empréstimo recebido da mesma instituição (vide Nota Explicativa nº 11).

A Companhia entende que a manutenção deste ativo, assim como a vinculação do mesmo ao empréstimo mencionado no parágrafo anterior é apropriada, estando amparada em decisão judicial, a qual menciona que a cobrança dos empréstimos está suspensa até que seja definida uma negociação amigável entre as partes.

Desde a decisão judicial proferida nos processos citados, a Companhia vem mantendo negociação com o liquidante da instituição financeira com o objetivo de vincular os processos para reduzir os valores devidos, utilizando o saldo de aplicação financeira para amortizar os empréstimos. Quando da finalização dos processos e/ou uma solução de negociação entre as partes, os valores serão reconhecidos nas demonstrações contábeis (ativo e passivo), pelo valor justo de sua realização, uma vez que, atualmente, encontram-se registrados por seus valores históricos.

8. Depósitos em garantia e judiciais

Representado por:

	30/09/09	30/06/09
<i>Depósitos em garantia de arrendamentos</i>	<i>3.410</i>	<i>3.563</i>
<i>Depósitos judiciais</i>	<i>617</i>	<i>515</i>
	4.027	4.078

Depósitos em garantia de arrendamentos

Os depósitos em garantia de arrendamentos são denominados em Dólares norte-americanos e são constituídos por depósitos efetuados junto à Avions de Transport Regional (ATR), como caução em garantia do pagamento de parcelas dos contratos de arrendamento. Correspondem aproximadamente a três parcelas do valor do leasing contratado, não estão sujeitos a juros e são reembolsáveis ao final dos contratos de arrendamento.

9. Imobilizado líquido

Representado por:

	<i>% - Taxa anual</i>	<i>30/09/09</i>	<i>30/06/09</i>
<i>Aeronaves</i>	<i>10 a 20</i>	<i>426.150</i>	<i>389.934</i>
<i>Equipamentos de voo</i>	<i>10</i>	<i>8.198</i>	<i>1.898</i>
<i>Equipamentos terrestres</i>	<i>10</i>	<i>1.757</i>	<i>1.591</i>
<i>Máquinas e equipamentos</i>	<i>10</i>	<i>2.740</i>	<i>2.549</i>
<i>Móveis e utensílios</i>	<i>10</i>	<i>1.226</i>	<i>1.110</i>
<i>Imóveis e edificações</i>	<i>4</i>	<i>4.346</i>	<i>3.466</i>
<i>Equipamentos de informática</i>	<i>20</i>	<i>3.196</i>	<i>2.671</i>
<i>Peças de reposição rotativa (i)</i>	<i>10</i>	<i>34.741</i>	<i>29.925</i>
<i>Pré-pagamento de aeronaves (ii)</i>	<i>-</i>	<i>15.109</i>	<i>16.911</i>
<i>Imobilizado em andamento (iii)</i>	<i>-</i>	<i>11.300</i>	<i>12.410</i>
		<i>508.763</i>	<i>462.465</i>
<i>Depreciações acumuladas</i>		<i>(44.833)</i>	<i>(31.945)</i>
<i>Imobilizado líquido</i>		<i>463.930</i>	<i>430.520</i>

- (i) A Companhia mantém estoques de peças de utilização rotativa para as aeronaves, que sofrem manutenções periódicas e são contabilizadas no ativo imobilizado. O período de depreciação dessas peças segue a estimativa de vida útil adotada nas aeronaves;
- (ii) Refere-se a adiantamentos efetuados por conta da aquisição de 12 novas aeronaves, sendo sete aeronaves do modelo ATR-72-500 e cinco jatos modelo Embraer ERJ-175, que serão entregues até dezembro de 2010;
- (iii) Recursos transferidos às Empresas ligadas do exterior Trip Worldwide LLC e Interair S/A para realização de pré-pagamentos a Embraer para aquisição de aeronaves modelo ERJ-175. Essas Empresas são titulares dos contratos de aquisição das aeronaves, que posteriormente serão repassadas à Companhia. Os valores estão sujeitos à variação cambial e são compostos da seguinte forma:

	<i>30/09/09</i>	<i>30/06/09</i>
<i>Trip Wordwide</i>	<i>10.337</i>	<i>11.346</i>
<i>Interair</i>	<i>963</i>	<i>1.064</i>
	<i>11.300</i>	<i>12.410</i>

Taxas de depreciação

As taxas de depreciação anual são incidentes sobre o custo total dos bens. A Companhia, atendendo as orientações contidas no CPC 13 (Aplicação inicial da Lei 11.638/07) e CPC 27 (Ativo Imobilizado), está realizando a revisão da vida útil-econômica dos bens que compõem seu ativo imobilizado, principalmente aeronaves, sendo que a conclusão deste trabalho será realizada durante o quarto trimestre de 2009.

Resumo de movimentação

A movimentação sintética do imobilizado em 30 de setembro de 2009 é conforme segue:

<i>Saldo em 31/12/08</i>	234.943
<i>Aquisições</i>	12.846
<i>Variação cambial</i>	(300)
<i>Depreciação e amortização</i>	(6.886)
<i>Saldo em 31/03/09</i>	240.603
<i>Aquisições</i>	198.285
<i>Variação cambial</i>	(1.773)
<i>Depreciação e amortização</i>	(6.595)
<i>Saldo em 30/06/09</i>	430.520
<i>Aquisições</i>	47.194
<i>Variação cambial</i>	(1.111)
<i>Depreciação e amortização</i>	(12.973)
<i>Saldo em 30/09/09</i>	463.630

10. Intangível líquido

Representado por:

	30/09/09	30/06/09
<i>Aquisição de rotas - Total (i)</i>	39.079	39.079
<i>Aquisição de rotas (ocidentais) - Rico (ii)</i>	13.059	13.059
<i>Aquisição de rotas (orientais) - Rico</i>	3.348	3.348
<i>Softwares</i>	692	596
<i>Outros ativos</i>	2.116	1.085
	58.294	57.166
<i>Amortizações acumuladas</i>	(868)	(781)
<i>Intangível líquido</i>	57.426	56.385

(i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em janeiro de 2008, a Companhia adquiriu a operação de transporte de passageiros da Total Linhas Aéreas e passou a operar as rotas desta Empresa que atendia esse segmento;

(ii) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em julho de 2008 foram adquiridas as rotas ocidentais da Rico Linhas Aéreas.

A Companhia está elaborando estudo interno com o objetivo de suportar a recuperação dos valores pagos a título de ágio pela aquisição das rotas das empresas Total e Rico, sendo que sua conclusão está prevista para o 2º semestre de 2009.

11. Empréstimos e financiamentos

Representado por:

	30/09/09	30/06/09
<i>Empréstimo vinculado e conta garantida</i>	4.102	4.102
<i>Capital de giro</i>	66.629	36.922
<i>Financiamento de aeronave</i>	141.646	140.964
<i>Arrendamento mercantil - financeiro</i>	182.231	171.712
<i>Arrendamento mercantil - operacional</i>	1.304	813
<i>Outros</i>	52	-
	395.964	354.513
<i>Parcela de curto prazo</i>	24.877	28.090
<i>Parcela de longo prazo</i>	371.087	326.423

Empréstimo vinculado e conta garantida

Empréstimos tomados junto ao Banco Santos, sujeitos a juros de CDI acrescido de 0,8% ao mês. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 7, os saldos permanecem registrados por seus valores históricos e seu pagamento encontra-se vinculado à resolução de processos judiciais.

Capital de giro

Empréstimo obtido junto aos Bancos Bradesco e Banestes, conforme relacionado a seguir:

<i>Instituição</i>	<i>Captação</i>	<i>Juros</i>	<i>Vencimento</i>		<i>Saldo</i>
			<i>Primeira parcela</i>	<i>Última parcela</i>	
<i>Bradesco</i>	30.000	0,16% a.m. + variação do CDI	02/10	07/14	35.085
<i>Bradesco</i>	30.000	0,29% a.m. + variação do CDI	05/10	08/12	30.213
<i>Banestes</i>	1.300	0,30% a.m. + variação do CDI	09/10	08/11	1.331
	61.300				66.629

Financiamento de aeronave

Linha de crédito obtida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e ao Banco do Brasil para aquisição de quatro aeronaves fabricadas pela Embraer, modelo ERJ-175. Até 30 de setembro de 2009 três aeronaves foram adquiridas, gerando os seguintes passivos:

<i>Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES)</i>	<i>70.814</i>
<i>Banco do Brasil</i>	<i>70.832</i>
	141.646

Os recursos serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de juros de 3,21% ao ano. O pagamento será realizado em 168 parcelas, sendo concedida uma carência de 12 meses, com vencimento da primeira parcela previsto para julho de 2010.

A operação de financiamento possui como garantia as próprias aeronaves, aplicações financeiras (a serem constituídas), fiança de acionistas e fianças bancárias.

O contrato celebrado entre as partes prevê certas condições em que poderá ser solicitada a liquidação antecipada da dívida ("covenants"), sendo as principais:

- Apresentação das demonstrações contábeis auditadas até 30 de junho de cada ano;
- Não realizar transações financeiras com seus controladores, controladas e/ou coligadas que comprometam a capacidade de pagamento do financiamento;
- Inadimplência do contrato;
- Não promover alteração societária da Companhia e seus fiadores relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização sem autorização prévia da instituição financeira;
- Não constituir penhor ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- Manter, a partir de março de 2010, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), de no mínimo 1,2, apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro, seguindo a seguinte metodologia de cálculo:

✓ $ICSD = EBITDAR / \text{serviço da dívida do exercício}$:

- **EBITDAR:** resultado operacional antes das despesas (receitas) financeiras, do imposto de renda e dos pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais e financeiros, acrescido da depreciação e amortização, somado às disponibilidades apuradas no período anterior;
- **Serviço da dívida do exercício:** é o montante da dívida efetivamente pago a título de amortização do principal (exceto de capital de giro) e juros, inclusive pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais e financeiros, somados à variação de capital de giro de curto prazo em cada período de apuração.

- Manter, a partir de março de 2010, patrimônio líquido igual ou superior a diferença entre o Saldo Devedor (SD) do contrato somado ao “Contrato de financiamento mediante abertura de crédito” a ser celebrado e o somatório: (i) dos valores das cartas de fianças da operação (FB); e (ii) dos montantes depositados na Conta Fiduciária (CF), multiplicados por 2,47, apurados anualmente, com base em 31 de dezembro:

$$\checkmark \text{ PL } \geq \text{ SD } - (2,47 \times (\text{FB} + \text{CF})).$$

A Companhia acompanha periodicamente as cláusulas previstas no contrato, não havendo indícios de descumprimento das mesmas.

Arrendamento mercantil - financeiro

Os arrendamentos mercantis (leasing) de aeronaves comerciais estão sujeitos à variação da cotação do Dólar americano acrescido de juros de 3% ao ano ou variação da taxa Libor de 12 meses, sendo compostos da seguinte forma:

<i>Arrendadora</i>	<i>Quantidade de aeronaves</i>	<i>Vencimento</i>		<i>Saldo</i>
		<i>Primeira parcela</i>	<i>Última parcela</i>	
<i>Gie Trip Atrone</i>	4	09/08	11/20	113.923
<i>Voe Leasing One</i>	2	05/09	07/21	53.741
<i>Outros</i>	7	12/07	01/12	14.567
				182.231

Para este tipo de operação, a Companhia está sujeita a determinadas obrigações contratuais como: (i) apresentação de suas demonstrações contábeis auditadas anuais e seus balancetes semestrais não auditados; (ii) fornecer informações sobre o estado das aeronaves periodicamente; (iii) sempre que solicitado, deve apresentar a comprovação do pagamento de todos os impostos e encargos incorridos sobre as aeronaves; (iv) comunicar qualquer alteração da composição acionária da Companhia; (v) cumprir as leis então vigentes em qualquer país ou jurisdição que possam ser aplicáveis às aeronaves, bem como assegurar que seus usuários possuam qualificações técnicas para utilização do bem; (vi) não utilizar as aeronaves para fins de treinamento; (vii) manter em plena vigência todos os certificados, licenças e alvarás para o uso das aeronaves, entre outros. Em 30 de setembro de 2009, a Companhia encontrava-se em conformidade com todas essas obrigações.

Arrendamento mercantil - operacional

A Companhia possui nove aeronaves na modalidade de arrendamento mercantil operacional, sendo todos os contratos celebrados com a empresa “ATR”. Os contratos possuem vigência de cinco anos e seus vencimentos estão previstos para ocorrerem nos anos 2011 (dois contratos) e 2012 (sete contratos). Os valores contabilizados no passivo circulante referem-se ao aluguel a ser pago no mês subsequente a estas demonstrações contábeis.

Garantias

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Composição da parcela de longo prazo

Em 30 de setembro de 2009, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

<i>Mês/ano</i>	<i>Empréstimo vinculado e conta garantida</i>	<i>Capital de giro</i>	<i>Financiamento de aeronave</i>	<i>Arrendamento</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
<i>09/10</i>	-	<i>10.879</i>	<i>2.526</i>	<i>17.836</i>	<i>52</i>	<i>31.293</i>
<i>09/11</i>	-	<i>21.932</i>	<i>10.106</i>	<i>17.968</i>	-	<i>50.006</i>
<i>09/12</i>	-	<i>19.760</i>	<i>10.106</i>	<i>15.317</i>	-	<i>45.183</i>
<i>09/13</i>	-	<i>7.912</i>	<i>10.106</i>	<i>14.847</i>	-	<i>32.865</i>
<i>Após 2013</i>	<i>4.102</i>	<i>6.146</i>	<i>108.802</i>	<i>92.690</i>	-	<i>211.740</i>
	<i>4.102</i>	<i>66.629</i>	<i>141.646</i>	<i>158.658</i>	<i>52</i>	<i>371.087</i>

12. Fornecedores

Representado por:

	<i>30/09/09</i>	<i>30/06/09</i>
<i>Fornecedores nacionais</i>	<i>11.454</i>	<i>12.479</i>
<i>Fornecedores estrangeiros</i>	<i>7.922</i>	<i>9.562</i>
<i>Fornecedor de combustível</i>	<i>18.020</i>	<i>15.738</i>
	<i>37.396</i>	<i>37.779</i>
<i>Parcela de curto prazo</i>	<i>29.693</i>	<i>29.302</i>
<i>Parcela de longo prazo</i>	<i>7.703</i>	<i>8.477</i>

Fornecedor de combustível

Renegociação de dívida entre a Companhia e a Petrobrás Distribuidora S/A relativa ao fornecimento de combustível do período de 2002 a 2007. O saldo é corrigido pela variação do CDI, acrescido de juros mensais de 0,20%, com vencimento final previsto para março de 2012.

13. Obrigações trabalhistas e tributárias

Representado por:

	30/09/09	30/06/09
Obrigações trabalhistas		
<i>Fundo de Garantia do Trabalhador Social (FGTS)</i>	421	346
<i>Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)</i>	1.861	1.549
<i>Com pessoal - salários/outros</i>	3.985	3.229
<i>Provisão - férias, 13º salário e encargos</i>	11.175	8.505
<i>Outros</i>	130	68
	17.571	13.698
Obrigações tributárias		
<i>Federais</i>		
<i>Contribuição Social para Seguridade Social (COFINS)</i>	1.072	931
<i>Programa de Integração Social (PIS)</i>	232	202
<i>Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)</i>	-	826
<i>Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)</i>	1.229	986
<i>Parcelamento de tributos (PAEX)</i>	7.388	7.535
<i>Parcelamento federal administrativo</i>	1.152	1.274
<i>Outros</i>	152	289
	11.225	12.043
	28.796	25.741
<i>Parcela de curto prazo</i>	21.797	18.452
<i>Parcela de longo prazo</i>	6.999	7.289

Parcelamento de tributos - PAEX

Relativo ao Parcelamento Excepcional (PAEX) de tributos federais (PIS e COFINS) vencidos até 28 de fevereiro de 2003, os quais estão sendo pagos em 130 meses com atualização pela SELIC.

Com relação aos valores inseridos neste programa, ressalta-se que eventual exclusão da pessoa jurídica implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago e recálculo da dívida. Com o ingresso no Parcelamento Excepcional, a Companhia assumiu determinadas obrigações, destacando o cumprimento regular dos pagamentos dos tributos correntes e o não atraso de duas parcelas consecutivas ou alternadas do programa, sob pena de sua exclusão.

O saldo em 30 de setembro e 30 de junho de 2009 estavam assim compostos:

	30/09/09	30/06/09
<i>Parcela de curto prazo</i>	944	932
<i>Parcela de longo prazo</i>	6.444	6.603
	7.388	7.535

Parcelamento federal administrativo

Relativo ao parcelamento administrativo de tributos federais (PIS e COFINS) vencidos que serão pagos em 60 meses, com atualização pela SELIC.

O saldo em 30 de setembro e 30 de junho de 2009 estavam assim compostos:

	30/09/09	30/06/09
<i>Parcela de curto prazo</i>	<i>598</i>	<i>588</i>
<i>Parcela de longo prazo</i>	<i>554</i>	<i>685</i>
	1.152	1.274

14. Transportes a executar

Refere-se às obrigações correspondentes a bilhetes vendidos e ainda não utilizados pelos usuários (transporte de passageiros) que permanecem nesta conta por um prazo máximo de 12 meses. Esses valores são reconhecidos no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

15. Adicional tarifário

Conforme exigido pela portaria DAC nº145/FGAC de 31 de janeiro de 2001 e Instrução de Aviação Civil nº 1.302, regulamentação específica do setor de aviação, a Companhia deve recolher o valor de 1% de seu faturamento com transporte de passageiros ao fundo administrado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Embora não esteja contestando o assunto judicialmente, a Companhia não vem efetuando esses pagamentos, vinculando a regularização desta situação ao recebimento dos valores de suplementação tarifária, apresentada no ativo não circulante, conforme comentado na Nota Explicativa nº 4.

16. Contas a pagar por aquisições de rotas

Representado por:

	30/09/09	30/06/09
<i>Aquisição de rotas - Total</i>	<i>12.275</i>	<i>13.723</i>
<i>Aquisição de rotas - Rico</i>	<i>5.837</i>	<i>7.751</i>
	18.112	21.474

<i>Parcela de curto prazo</i>	<i>16.310</i>	<i>17.647</i>
<i>Parcela de longo prazo</i>	<i>1.802</i>	<i>3.827</i>

16.1. Total Linhas Aéreas S/A (parte relacionada)

Conforme citado na Nota Explicativa nº 1, em janeiro de 2008 a Companhia adquiriu as rotas de transporte de passageiros da Total pelo valor total de R\$58.307. Como parte de pagamento, esta empresa passou a deter o percentual de 9,3% da Companhia, correspondente a R\$6.733 do montante devido. Do saldo remanescente (R\$51.574), R\$41.574 foi quitado por meio de recursos financeiros até 30 de setembro de 2009, sendo que os R\$10.000 restantes têm vencimento previsto para janeiro de 2010, devendo ser corrigido por 80% da variação do CDI.

16.2. Rico Linhas Aéreas S/A

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, em julho de 2008 a Companhia adquiriu as rotas ocidentais da Rico pelo valor total de R\$13.150, dos quais R\$1.500 foram pagos na assinatura do contrato e o saldo remanescente será pago em cinco parcelas corrigidas pela variação mensal do IGPM-FGV. Em 30 de setembro de 2009 restavam quatro parcelas a serem pagas, conforme demonstrado a seguir:

<i>Vencimento</i>	<i>Valor corrigido</i>
<i>Curto prazo</i>	
<i>24/01/10</i>	<i>2.177</i>
<i>24/07/10</i>	<i>1.858</i>
	<i>4.035</i>
<i>Longo prazo</i>	
<i>24/01/11</i>	<i>1.802</i>
	<i>1.802</i>

17. Contas a pagar

Representado por:

	<i>30/09/09</i>	<i>30/06/09</i>
<i>Provisão para manutenção e outros</i>	<i>6.550</i>	<i>7.479</i>
<i>Receitas a incorrer</i>	<i>3.546</i>	<i>3.887</i>
<i>Taxas e tarifas de embarque a repassar</i>	<i>5.738</i>	<i>3.158</i>
<i>Seguro de aeronaves</i>	<i>5.473</i>	<i>-</i>
<i>Aluguéis</i>	<i>743</i>	<i>825</i>
<i>Outros</i>	<i>2.807</i>	<i>1.280</i>
	<i>24.857</i>	<i>16.629</i>
<i>Parcela de curto prazo</i>	<i>22.680</i>	<i>14.110</i>
<i>Parcela de longo prazo</i>	<i>2.177</i>	<i>2.519</i>

18. Provisão para contingências

18.1. Perdas prováveis

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, em discussão. Em 30 de setembro de 2009 a Companhia possuía registrados os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis:

	<i>Tributária</i>	<i>Trabalhista</i>	<i>Cível</i>	<i>R\$</i>
<i>Saldo em 31/12/08</i>	<i>687</i>	<i>2.829</i>	<i>125</i>	<i>3.641</i>
<i>Movimentação</i>	<i>-</i>	<i>14</i>	<i>(56)</i>	<i>(42)</i>
<i>Saldo em 30/09/09</i>	<i>687</i>	<i>2.843</i>	<i>69</i>	<i>3.599</i>

Provisões tributárias

Referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação de determinados procedimentos adotados pela Empresa na apuração do PIS e da COFINS. As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Provisões trabalhistas

Consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Além dos valores provisionados, a Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$448, registrados no ativo não circulante, para estes processos.

Provisões cíveis

As contingências cíveis referem-se a 22 processos, sendo 18 movidos por passageiros que tiveram seus vôos interrompidos ou não atendidos, em decorrência de fatores não gerenciáveis pela Administração. Os valores individuais e quantidade de casos não são significativos, quando comparados ao volume de passageiros transportados pela Companhia.

18.2. Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<i>Estimativa</i>
<i>Tributária</i>	<i>1.811</i>
<i>Trabalhista</i>	<i>633</i>
<i>Cível</i>	<i>133</i>

19. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 30 de setembro de 2009, o capital social totalmente subscrito e integralizado, era representado por 80.542.264 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 01 março de 2009, a Companhia recebeu o segundo aporte de capital da empresa SkyWest no montante de R\$36.479, sendo R\$28.106 contabilizado como reserva de ágio, passando deter uma participação de 16,40%.

Em 14 de outubro de 2008 a SkyWest Inc., passou a ser acionista da Companhia por meio do aporte inicial de R\$8.075, sendo R\$3.240 contabilizado como reserva de ágio, adquirindo uma participação acionária de 6,7%.

Em 14 de outubro de 2008 a Total Linhas Aéreas S/A passou a ser acionista da Companhia por meio do aporte de R\$6.733, adquirindo uma participação acionária de 9,3%.

Reserva de ágio (reservas de capital)

O saldo representado por aportes de novos acionistas, apurados pela diferença entre os valores pagos e os atribuídos a cada ação, conforme demonstramos a seguir:

	<i>Aporte total</i>	<i>Subscrito</i>	<i>Ágio</i>
<i>Aporte da Águia Branca</i>			
<i>Participações em 10/09/06</i>	<i>43.608</i>	<i>8.228</i>	<i>38.308</i>
<i>Aporte da SkyWest em 14/10/08</i>	<i>8.075</i>	<i>4.835</i>	<i>3.240</i>
<i>Aporte da SkyWest em 01/03/09</i>	<i>36.479</i>	<i>8.373</i>	<i>28.106</i>
	<i>88.162</i>	<i>21.436</i>	<i>69.654</i>

Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado;
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a formação de reserva para contingências).

20. Imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Saldos diferidos

Ativo não circulante

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, classificados no ativo não circulante - realizável a longo prazo - no montante de R\$13.480 se referem a prejuízos fiscais apurados em anos anteriores, conforme demonstramos a seguir:

	<i>Saldo acumulado</i>	<i>Efeito no resultado do ano de 2009</i>
<i>Crédito tributário</i>		
<i>Prejuízo fiscal acumulado</i>	<i>39.646</i>	<i>-</i>
<i>Imposto de renda 15%, 10% de adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R\$240 mil/ano/empresa) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - 9%</i>	<i>13.480</i>	<i>13.480</i>

Passivo não circulante

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, classificados no passivo não circulante no montante de R\$13.911 se referem à diferença temporárias referentes a provisão para manutenção, variações cambiais e a diferença originada dos ajuste da Lei nº 11.638, relacionados principalmente com a contabilização dos arrendamentos mercantis financeiros, conforme demonstrado a seguir:

	<i>Saldo acumulado</i>	<i>Efeito no resultado do ano de 2009</i>
<i>Crédito tributário</i>		
<i>Variações cambiais</i>	<i>(13.687)</i>	<i>(13.687)</i>
<i>Provisão para manutenções</i>	<i>1.289</i>	<i>1.289</i>
<i>Arrendamento mercantil - Lei nº 11.638</i>	<i>(1.571)</i>	<i>(1.571)</i>
<i>Outros valores</i>	<i>58</i>	<i>58</i>
	<i>13.911</i>	<i>(13.911)</i>

21. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas adotadas, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

22. Instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos

Riscos de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a qual está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Risco de preço dos combustíveis “commodity risk”

O preço do Querosene de Aviação (QAV) é um dos maiores componentes de risco de mercado nas empresas aéreas. No Brasil, o preço de refinaria do QAV é definido pela Petrobrás, com base em preços internacionais. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos para se proteger contra variações de preço do QAV. O combustível consumido representa, aproximadamente, 30% dos custos da unidade de transporte aéreo.

Riscos de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 30 de setembro de 2009 e 30 de junho de 2009, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data:

	30/09/09		30/06/09	
	US\$ - Moeda estrangeira	R\$	US\$ - Moeda estrangeira	R\$
Fornecedores	4.455	7.922	5.164	9.563
Arrendamento mercantil	103.220	183.535	88.402	172.525
	107.675	191.457	93.566	182.088

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações, estabelecidas pela Administração. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- **Caixa, equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** os saldos em conta corrente mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos na data base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado;
- **Partes relacionadas a receber/pagar:** apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado;
- **Empréstimos e financiamentos:** os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são idênticos aos dos saldos contábeis, sendo atualizados conforme cláusulas previstas nos contratos.

c) Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

23. Evento subsequente

Está programado para o último trimestre de 2009 o recebimento de mais sete aeronaves sendo 3 ATR, modelo 72-500, 3 ATR 42-500 e um jato Embraer, modelo EMB 175, que ampliarão a frota da Companhia para 33 aeronaves. Também esta prevista ampliação da malha aérea atendida pela Companhia para as cidades de Maceió, Joinville, Navegantes, Araçatuba, Criciúma, Chapecó, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Varginha.